

**A POLÍTICA
MINERAL BRASILEIRA
EM FACE DOS NOVOS RUMOS
DA MINERAÇÃO MUNDIAL**

YVAN BARRETTO DE CARVALHO

Presidente da CPRM

D
562

**A POLÍTICA
MINERAL BRASILEIRA
EM FACE DOS NOVOS RUMOS
DA MINERAÇÃO MUNDIAL**



YVAN BARRETTO DE CARVALHO
Presidente da CPRM

Conferência proferida no
XXVIII Congresso Brasileiro de Geologia
Porto Alegre - RS.

"A solução para os problemas atuais terá de ser encontrada em novas e mais amplas formas de cooperação econômica internacional. O Brasil cooperará, na medida de suas possibilidades, para o encontro de tais soluções de entendimento e de mútuo benefício, mas não deixará de estar atento, em cada caso e em cada momento, à defesa de seus interesses mais legítimos".

ERNESTO GEISEL
Presidente da República

A POLÍTICA MINERAL BRASILEIRA EM FACE DOS
NOVOS RUMOS DA MINERAÇÃO MUNDIAL

Í N D I C E

	Página
<i>I - INTRODUÇÃO</i>	<i>3</i>
<i>II - CARACTERÍSTICAS CORRENTES DA MINERAÇÃO NO MUNDO</i>	<i>8</i>
<i>III - SOBRE A MINERAÇÃO NO BRASIL</i>	<i>17</i>
<i>IV - RECURSOS MINERAIS E DESENVOLVIMENTO: UMA POLÍTICA E SUA ESTRATÉGIA</i>	<i>21</i>
<i>V - CONCLUSÕES</i>	<i>27</i>

A POLÍTICA MINERAL BRASILEIRA
EM FACE DOS NOVOS RUMOS DA
MINERAÇÃO MUNDIAL.

YVAN BARRETTO DE CARVALHO
(Presidente da CPRM)

Senhores Congressistas,

I - I N T R O D U Ç Ã O

Retornamos a este Congresso, pela terceira vez, como conferencista. Nas duas vezes anteriores - 1972 e 1973 - nossa condição era a de Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM, Órgão que comanda a política mineral do País. Hoje, nossa condição é a de Presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, Empresa vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

Já em 1971, tivemos a honra de presidir a abertura do XXV Congresso, em São Paulo, representando o então Ministro das Minas e Energia, Professor Antônio Dias Leite Júnior.

De todos estes contatos mantidos nestes certames, calam-nos as maiores satisfações e as melhores recordações. São Paulo, Belém, Aracaju - recantos do Brasil que serviram de sede a estes Congressos, emprestando-lhes as maiores dimensões em cada época.

Este ano, quando se comemora o sesquicentenário da imigração germânica, é Porto Alegre, onde a fibra, a tenacidade e o espírito empreendedor do povo gaúcho traçaram belas páginas de nossa História, que serve de palco ao XXVIII Congresso Brasileiro de Geologia, numa feliz escolha da S.B.G., que tão bem soube aliar coincidências múltiplas e felizes.

Nesta grande cidade, onde a miscigenação de raças, plasmada num ideal de Liberdade, Igualdade e Humanidade, fez florescer uma civilização de porte no extremo meridional do Brasil, sempre existiu uma grande afinidade com a Geologia, seus problemas e suas soluções adequadas.

A partir de 1742, quando famílias açorianas se estabeleceram no Morro de Sant'Ana, próximo do Viamão e não muito distante do Guaíba, um novo povoado nasceu, inicialmente acanhado e possivelmente prejudicado por uma posição geográfica longe do oceano e dependente de uma só via de contato com o exterior: a barra do Rio Grande.

Tamanha era a força e o querer dos que ali se instalaram que, malgrados os problemas condicionantes encontrados, as primeiras vias férreas, a partir de meados do Século XIX, venciam a fisiografia adversa e desafiadora, estabelecendo o contato com o planalto e com as obras realizadas no Porto do Rio Grande.

Daí, então, foi um reflorescer de crescimento e fixação de valores que marcariam a civilização riograndense, permitindo que a Porto Alegre de hoje seja a maior cidade da região e o maior centro de desenvolvimento do sul do País.

E em toda essa História de desenvolvimento, o caminhar com a Geologia e com a Mineração foi uma constante ao longo dos anos e a Terra Gaúcha foi, pouco a pouco, revelando suas potencialidades minerais:

- o carvão de São Jerônimo e Triunfo, em Curral Alto,

Arroio dos Ratos e Charqueadas; de Butiá, em São Vicente, Butiá e Leão e de Bagé, em Hulha Negra e Candiota;

- o cobre de Caçapava do Sul, em Camaquã, Seival, Primavera, Cerro dos Martins e Minas dos Crespos;

- o tungstênio de Encruzilhada do Sul em Cerro da Arvore e Sangra Negra;

- o ouro de Lavras do Sul, em Volta Grande, Bloco do Butiá e Vista Alegre; de São Sepé, em Bossoroca, Juliana, Guardinha, Cerrito do Ouro e São Roque;

- a cassiterita de Encruzilhada do Sul e de Piratini, nas encostas e baixadas do Vale do Rio Camaquã e seus afluentes;

- o cristal de rocha, as ametistas e as ágatas de Lagado, Palmeiras, Soledade, Santana do Livramento, Quaraim e, ultimamente, em Iraí e Planalto;

- o calcáreo dos concheiros da costa que representou papel fundamental no desenvolvimento agrícola do Estado, sendo largamente utilizado como corretivo de solos e que também identificado com enormes reservas no interior, poderá atender qualquer ampliação que a atividade agrícola da região sul do País venha a exigir, além de constituir-se em matéria-prima para cimentos.

Além desses resultados, poderíamos ainda incluir o xisto pirobotuminoso de Dom Pedrito e São Gabriel, que poderá vir a constituir-se em fonte de solução para o problema energético da região.

É, pois, neste cenário de marcos históricos e de desenvolvimento que se realiza este Congresso, dando-nos, assim, sobejas razões para aplaudirmos a escolha feita pela Sociedade Brasileira de Geologia, desta Cidade, para levar a efeito este Certame que é, sem dúvida, instrumento dos mais valorosos para a causa mineral do País.

* * *

A mineração brasileira, de todos já conhecida em sua expressão, ainda é bastante incipiente, sendo sua política condicionada por fatores internos e externos.

Os fatores internos, que são de todos conhecidos - recursos tecnológicos e humanos e carência de capital financeiro para

grandes investimentos nacionais, ausência de mercado interno de porte e falta de *know-how* para maior agressividade no comércio internacional, vêm, paulatinamente, sendo superados, uns mais que os outros, restando, entretanto, muito a ser feito. Os fatores externos, estes serão vistos em detalhes, mais adiante.

De qualquer modo, a consciência de que o Brasil é um dos maiores e poucos países do mundo com imensas potencialidades minerais, avulta não somente ante os brasileiros, mas no mundo inteiro.

Por outro lado, o conceito deste País, no tocante às suas possibilidades econômicas, a partir da mineração, é fato notório, tanto interna como externamente.

E, ainda mais: todos sabemos que muitas dessas riquezas minerais jazem ainda inexploradas e os efeitos econômicos que poderiam produzir se encontram retardados de maneira lamentável, por aqueles fatores já referidos.

Nesta apreciação, assim feita em rápidas pinceladas, sobre a realidade da mineração brasileira, antes de ser crítica ou visão simplista, relembra e evidencia, por dever de justiça, o muito que já foi feito nos últimos 10 anos. E são exatamente as realizações, tanto do Governo quanto da iniciativa privada, que nos possibilitam visualizar a magnitude dessas potencialidades minerais, denotando, assim, a imensidão dos seus problemas a resolver. Foram essas realizações que nos despertaram e despertam, a cada dia, para a desafiadora missão que tem o Brasil de enfrentar para transformar em bens e em divisas suas riquezas minerais.

De sorte que ninguém se apresse em concluir que, ao afirmarmos nosso atraso na mineração, estejamos aqui pretendendo imputar culpas a quem quer que seja ou negar que bastante considerável é o volume de realizações. Realizações que, se aplicadas a países de extensão territorial pequena, que não o nosso de dimensão continental, certamente já teriam solucionado a maioria desses problemas. Nós mesmo, já em conferências outras, decantamos a ação enérgica do Governo e a colaboração da iniciativa privada no setor mineral brasileiro e não desdizemos uma só vírgula de afirmações anteriores. Queremos - isto sim -, agora, tentar levantar véus que cobrem certos aspectos da exploração dos recursos minerais brasileiros.

Nossa visão não quer, pois, ser simplista nem destorcida. Afirmamos que, no campo das responsabilidades de toda a sociedade brasileira, compreendendo-se Governo e iniciativa privada, que atuam no setor, dentro do sistema capitalista, muito se tem feito de maneira eficaz e que, em certos aspectos, já nos encontramos bastante perto da maturidade.

Há, entretanto, aspectos múltiplos, dos quais nossa maturidade se encontra bem distante. Sobretudo no que se refere à posição do Brasil em relação à evolução mundial da mineração.

E essa posição esperamos seja superada, razão pela qual, quando aceitamos o honroso convite da Sociedade Brasileira de Geologia para este Encontro, resolvemos trazer a baila alguns pontos que nos permitam avançar para uma consciência mais plena possível do sentido que tem atualmente e que poderia ter *A POLÍTICA MINERAL BRASILEIRA EM FACE DOS NOVOS RUMOS DA MINERAÇÃO MUNDIAL*.

II - CARACTERÍSTICAS CORRENTES DA MINERAÇÃO NO MUNDO

Começamos, pois, com uma análise dos novos investimentos na mineração de minerais metálicos e suas respectivas metalurgias, em todo o mundo. As instalações previstas entre os anos de 1973 e 1976, nos dão os seguintes quadros:

ESTIMATIVA DOS INVESTIMENTOS MUNDIAIS EM METALURGIA E MINERAÇÃO

1973 - 1976

QUADRO n.º 1

PAÍSES	INVESTIMENTOS (US\$ milhão)							
	TOTALIS		METALURGIA			MINERAÇÃO		
	Nº	Valores	Nº	Valores	%	Nº	Valores	%
América do Norte	54	3.594	36	2.716	75	18	878	25
U.S.A.	20	1.289	15	799	62	5	490	38
Canadá	24	1.422	12	1.034	73	12	388	27
México	10	883	9	883	90	1	-	-
América do Sul	33	2.617	15	1.152	44	18	1.465	56
Argentina	12	1.132	4	366	32	8	766	68
Bolívia	2	10	2	8	100	-	-	-
Brasil	10	1.099	5	549	50	5	550	50
Chile	2	174	2	174	100	-	-	-
Colômbia	1	88	-	-	-	1	88	100
Peru	1	31	1	31	100	-	-	-
Guiana Francesa	1	16	-	-	-	1	16	100
Venezuela	4	69	1	24	35	3	45	65

ESTIMATIVA DOS INVESTIMENTOS MUNDIAIS EM METALURGIA E MINERAÇÃO

1973 - 1976

QUADRO n.º 2

PAÍSES	INVESTIMENTOS (US\$ milhão)							
	TOTAIS		METALURGIA			MINERAÇÃO		
	N.º	Valores	N.º	Valores	%	N.º	Valores	%

América Central	6	204	2	49	24	4	155	76
Costa Rica	1	119	-	-	-	1	119	100
Guatemala	2	21	1	11	50	1	10	50
Honduras	1	38	1	38	100	-	-	-
Rep. Dominicana	2	26	-	-	-	2	26	100

Europa	67	5.413	40	4.232	78	27	1.181	22
Alemanha	9	862	9	862	100	-	-	-
Áustria	1	150	-	-	-	1	150	100
Bélgica	2	33	2	33	100	-	-	-
Espanha	3	2.130	2	2.100	99	1	30	1
Finlândia	2	146	1	146	90	1	-	10
França	2	485	1	200	41	1	285	59
Grécia	3	121	2	115	95	1	6	5
Groelândia	2	52	-	-	-	2	52	100
Holanda	2	43	2	43	100	-	-	-
Hungria	1	27	-	-	-	1	27	1
Irlanda	5	43	2	36	84	3	7	16
Itália	2	-	-	-	-	2	-	100
Iugoslávia	14	666	12	641	96	2	25	4
Noruega	3	26	3	26	100	-	-	-
Polónia	6	528	2	-	33	4	528	67
Suécia	3	101	1	30	30	2	71	70
URSS	7	-	1	-	14	6	-	86

ESTIMATIVA DOS INVESTIMENTOS MUNDIAIS EM METALURGIA E MINERAÇÃO

1973 - 1976

QUADRO n.º 3

PAÍSES	INVESTIMENTOS (US\$ milhão)							
	TOTAIS		METALURGIA			MINERAÇÃO		
	N.º	Valores	N.º	Valores	%	N.º	Valores	%

África	33	1.742	16	1.251	72	17	491	33
África do Sul	9	268	4	117	44	5	151	56
Argélia	4	40	2	40	50	2	-	50
Botswana	1	143	1	143	100	-	-	-
Egito	2	472	2	472	100	-	-	-
Gana	2	-	-	-	-	2	-	100
Guiné	1	180	-	-	-	1	180	100
Libéria	2	14	-	-	-	2	14	100
Mauritânia	1	43	-	-	-	1	43	100
Rodésia	2	28	-	-	-	2	28	100
Uganda	1	20	1	20	100	-	-	-
Zaire	3	186	1	101	54	2	75	46
Zâmbia	5	358	5	358	100	-	-	-

Ásia	41	1.825	36	1.788	98	5	37	2
China Rep.	1	40	1	40	100	-	-	-
Coreia do Sul	1	240	1	240	100	-	-	-
Índia	15	613	12	576	94	3	37	6
Irão	3	457	3	457	100	-	-	-
Israel	1	9	1	9	100	-	-	-
Japão	13	183	13	183	100	-	-	-
Tailândia	3	25	1	25	34	2	-	66
Turquia	4	258	4	258	100	-	-	-

ESTIMATIVA DOS INVESTIMENTOS MUNDIAIS EM METALURGIA E MINERAÇÃO**1973 - 1976****QUADRO n.º 4**

PAÍSES	INVESTIMENTOS (US\$ milhão)							
	TOTALIS		METALURGIA			MINERAÇÃO		
	Nº	Valores	Nº	Valores	%	Nº	Valores	%
Oceania	46	3.160	31	2.292	73	14	868	27
Austrália	28	1.497	21	1.182	73	7	315	27
Fiji Island	1	3	1	3	100	-	-	-
Filipinas	4	275	2	35	13	2	240	87
Indonésia	6	635	4	402	63	2	233	37
Malásia	1	80	-	-	-	1	80	100
Nova Caledônia	4	670	3	670	75	1	-	25
Nova Zelândia	2	-	1	-	50	1	-	50

Fonte: E/MJ - 1973

O que vimos nos Quadros apresentados foi uma maior incidência de investimentos programados para a mineração, nos países menos desenvolvidos. E não poderia ser diferente porque o aproveitamento direto dos recursos naturais sempre foi etapa inicial de desenvolvimento das nações livres e até mesmo as grandes nações assim começaram.

Dos 59 países referidos nos quadros acima, 23 apresentam maior investimento na mineração, enquanto 32 deram maior ênfase à metalurgia e apenas 4 apresentam orçamentos equilibrados, estando entre eles o Brasil, com um total de investimento, aliás, somente superado pelos da Espanha, da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos e da Argentina.

É, porém, digno de registro o fato dos Estados Unidos, nação altamente desenvolvida, apresentar um total de investimentos para mineração e metalurgia menor que aqueles apresentados pela Espanha, pela Austrália e pelo Canadá, embora tenha dedicado cerca de 38% dos investimentos do setor mineral-metalúrgico à mineração.

É interessante, também, observar que países tradicionalmente mineiros, como é o caso do Canadá, do México, do Peru, do Chile, da Bolívia, da Índia, da Austrália; de Zâmbia, Uganda e Botswana, optaram pela metalurgia, muitos sem qualquer investimento alocado à mineração.

Ao que parece, alguns destes países, com suas minerações já definidas ou até mesmo com evidências de esgotamento, estão passando à fase da metalurgia como resultado lógico de uma política nacional consciente, com base em seus respectivos crescimentos econômicos.

Outros, no entanto, podem assim proceder, mais por conveniência das fontes de recursos que dirigem suas minerações. Referimo-nos ao capital externo, que de outra forma encontraria dificuldades para ampliar suas metalurgias ou mesmo mantê-las em seus próprios países, em face do crescente e contínuo custo da mão-de-obra, o alto preço, ou mesmo a escassez, de energia, problemas de poluição, etc., situações estas ainda relativamente encontradas sob condições satisfatórias em muitas áreas em desenvolvimento.

Países altamente desenvolvidos e grandes mercados importadores como o Japão, Alemanha Ocidental, Holanda e Israel, mas sem qualquer perspectiva mineral, têm preferido a metalurgia e estão promovendo investimentos para produção de artigos de dependência, sempre que possível, em áreas próximas que ainda oferecem condições vantajosas, não mais encontradas em seus territórios. É como podemos explicar o desenvolvimento metalúrgico da Coréia do Sul, da Nova Zelândia, da Malásia e de muitos dos novos Estados Independentes do Continente Africano que, fugindo à tendência natural de preferir a mineração, enveredaram também pela metalurgia, empregando, para tal grandes investimentos.

Embora façamos tais admissões, nada nos impede de con

siderar que em muitas áreas menos desenvolvidas os motivos dessas mudanças se fazem também resultantes da própria política nacional de cada nação, que, deixando o subdesenvolvimento ou iniciando a marcha ascensional do seu desenvolvimento, começa a compreender a necessidade de diversificar sua economia, antes somente fundamentada nas atividades primárias, galgando a etapa seguinte - a metalurgia dos seus minerais metálicos - e, com isso, promover meios de obtenção de uma maior rentabilidade no processo desse desenvolvimento, concorrer para a implantação de indústrias colaterais, criar oportunidades para treinamento de nacionais em nível tecnológico mais elevado e conseguir um mais breve progresso social para seu povo.

Pelos dados que acabamos de registrar, torna-se evidente que os investidores estrangeiros continuam incrementando sua capacidade de produção doméstica, sempre que possível, com ênfase especial na metalurgia, o que deixa patente ainda não existirem mudanças substanciais na sistemática da política mundial do comércio e de industrialização de minérios metálicos.

Considerando-se os investimentos já conhecidos e que nada menos de 85 projetos não tiveram ainda revelados seus investimentos, estima-se que cerca de US\$ 22,6 bilhões serão gastos na indústria entre 1973 e 1976 no setor mineral-metalúrgico, a maior parte dos quais, naturalmente, aplicados na metalurgia.

São nada menos de 301 projetos envolvendo o setor mineral, dos quais 144 serão de mineração de apenas 17 elementos minerais metálicos onde o cobre, o ferro, o alumínio, o chumbo, o níquel e o zinco absorverão cerca de 86% do total envolvido.

PROJETOS PROGRAMADOS PARA O PERÍODO

1973 - 1976

QUADRO n.º 5

ELEMENTO	Nº	METALURGIA	MINERAÇÃO	INVESTIMENTOS US\$ milhão
	Total			
Cobre	72	24	48	3.582
Ferro	63	36	27	6.473
Alumínio	58	44	14	3.558
Níquel	32	15	17	828
Zinco	22	13	9	353
Chumbo	12	5	7	194
Ouro	6	5	1	266
Titânio	7	1	6	91
Manganês	5	2	3	57
Estanho	5	3	2	15
Molibdênio	4	1	3	290
Antimônio	3	2	1	24
Prata	5	1	4	26
Cobalto	3	2	1	-
Magnésio	2	2	-	25
Cromo	1	1	-	196
Tungstênio	1	-	1	14
TOTAIS	301	157	144	

Fonte : E / MJ - Janeiro 1973

Vejamos, agora, outro importante aspecto desse confronto entre o setor mineral e os demais setores, tanto em economias desenvolvidas, quanto em economias em desenvolvimento: façamos uso de um Quadro estatístico de 1968, vez que os percentuais de participação pouco variaram até o advento da crise do petróleo.

- Se incluirmos no Quadro ao lado os valores correspondentes ao Brasil no primeiro semestre deste ano, teremos:

Importações 39%

Exportações 10,6%, o que coloca o País como o maior importador mineral do Continente.

- Não esquecer ainda que as importações brasileiras aumentaram naquele período 125%, enquanto as exportações se elevaram de apenas 16,3% sobre os valores correspondentes ao exercício passado.

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES, POR
QUADRO n.º 6 REGIÕES MUNDIAIS, 1968

Valores em US\$ 10⁶

PAÍSES	EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES		
	Total	Setor Mineral	Mineral % Total	Total	Setor Mineral	Mineral % Total
Estados Unidos	34.230	3.205	9.4	31.950	7.665	24.0
Europa Ocidental	101.500	15.160	14.9	105.190	24.500	23.3
Japão	12.970	1.901	14.7	10.920	4.425	40.5
Europa Oriental	24.900	5.825	23.4	23.020	4.390	19.1
América Latina	12.190	4.765	39.1	12.120	1.626	13.4
África	9.720	4.725	48.6	8.920	1.102	12.4
Ásia (exceto Japão)	11.170	1.735	15.5	15.570	2.301	14.8
Oriente Médio	8.730	7.320	83.8	6.130	879	14.3

Fonte : INTERMET BULLETIN - Vol.1 - No.4

Por este Quadro, vê-se que a participação do setor mineral nas importações dos países desenvolvidos, encontra seu maior expoente no Japão, seguindo-se os Estados Unidos da América e a Europa Ocidental, que, assim, constituem o bloco mais industrializado do mundo.

Em termos de exportação, o Oriente Médio detém a liderança absoluta da percentagem de participação do setor mineral na receita total, ou seja, 83,8%, graças, naturalmente, ao petróleo. Seguem-se a África, a América Latina e a Europa Oriental, esta última grandemente influenciada pela participação da URSS, excelente exportadora de bens minerais.

Conquanto a exportação seja básica para o equilíbrio do balanço de pagamentos e geração de bens de capital para um país, se feito somente de minérios *in natura*, mesmo de existência abundante, não parece ser a melhor política, sobretudo quando as bases do desenvolvimento econômico estão consolidadas. Na verdade, um país exporta aquilo que os outros querem comprar e não necessariamente aquilo que acha que pode vender.

Todavia, a diferença de preço do minério para o do produto acabado, ou mesmo beneficiado, é tal, que somente a falta de tecnologia e/ou escassez de recursos para investimento industrial, a dependência contratual ou as exigências e complexidade do mercado, poderão explicar a sua contínua exportação *in natura*, sem uma mudança de política no sentido de beneficiamento ou da metalurgia. Esta é, aliás, a tendência política que tivemos oportunidade de observar nos quadros que apresentamos e da qual acertadamente começa a utilizar-se, também, o Brasil.

Não deve ser esquecida a contínua queda do preço unitário do minério brasileiro exportado nos últimos 10 anos, o qual, não obstante a recuperação que vem apresentando nos três últimos anos, hoje, se comparado com os daquele passado, ainda apresenta uma queda média anual de mais de 4,5%.

A crise do petróleo, porém, que acabamos de assistir, e a situação gerada pela nacionalização do cobre chileno, produziram uma verdadeira reviravolta nos conceitos até então admitidos no mercado internacional. Assim, a grande influência com que as potências comerciais costumavam agir, no mercado caiu por terra. Desenvolveu-se, então, entre as nações, o interesse de cada qual garantir-se dos artigos de dependência vital e, com isso, estamos presenciando a uma sintomática corrida para todos os centros que oferecem possibilidades de exportação de seus recursos naturais e onde ainda existem garantias para investimentos externos. Haja vista às contínuas visitas de missões que chegam ao Brasil à procura de associações, não mais para participação dominante como acontecia no passado, mas apenas com o desejo de garantir uma participação, em espécie, nos resultados finais.

E o Brasil tem sabido tirar proveito de tais aproximações, razão porque apresenta, para futuro próximo, uma situação de equilíbrio em investimentos de mineração e metalurgia, sem, contudo, comprometer sua meta de aumento de exportações de bens minerais.

III _ A MINERAÇÃO NO BRASIL

Teçamos alguns comentários acerca da mineração no Brasil.

Todos sabemos que, desde o descobrimento, muito embora a faiscação e a garimpagem, neste País, fossem atividades rotineiras dos colonizadores, o Brasil-Colônia não conheceu atividade mineira corretamente organizada.

Em fins do século XVIII, por exemplo, nossa mineração de ouro sofreu colapso total, simplesmente em consequência do esgotamento dos anteriormente ricos depósitos auríferos superficiais, aliado à falta de capacidade para pesquisas mais profundas por parte dos operadores da época.

E hoje, em que pese a extensão continental - repetimos - não é o Brasil um país de mineração forte e agressiva, apesar dos grandes passos dados nos últimos 10 anos, isto é, desde 1964, quando a ação oficial começou a ser mais presente no setor mineral, tendo-se feito um diagnóstico do mesmo com o resultado que todos conhecemos: 39 elementos minerais prioritários para a indústria brasileira foram relacionados como carentes (hoje apenas 23 daqueles ainda permanecem na lista - houve, pois, uma recuperação da ordem de 41%); 9 foram classificados como suficientes (hoje eles são 15 - houve um aumento de 67%); outros 13 constituíram a relação dos abundantes (hoje esta relação está aumentada para 23, tendo havido um incremento de 77%).

Entretanto, meus Senhores, muitos passos - e passos largos e acelerados - têm que ser dados, muitas etapas queimadas, para se acompanhar todo o desenvolvimento mundial da mineração e da tecnologia.

O crescimento mineral médio do Brasil, ao longo dos úlmos anos, foi bastante superior à média mundial de 5%. Senão vejamos:

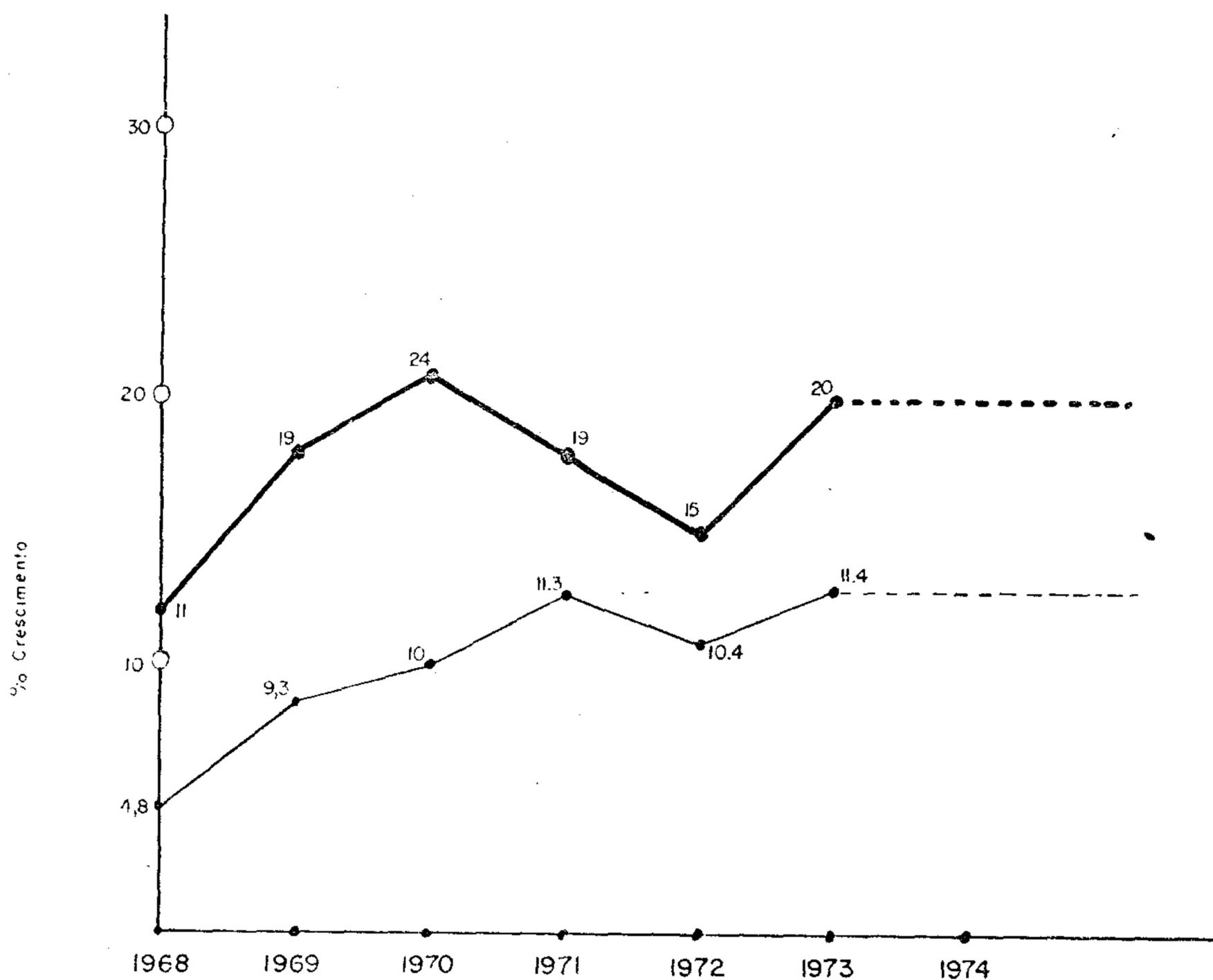
QUADRO n.º 7

Crescimento Mineral Médio do Brasil

1968.....11%	1971.....19%
1969.....19%	1972.....15%
1970.....24%	1973.....20%

Tais percentagens, bastante elevadas, se situam acima das correspondentes ao Produto Interno Bruto, cujo recorde atingiu 11,4% em 1973.

Crescimento Mineral Brasileiro / PIB



Pois bem, com tudo isso o nosso crescimento mineral ainda não foi suficiente para que o Brasil deixasse e importar anualmente, para atender ao seu consumo:

QUADRO n.º 8
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DE IMPORTAÇÕES
BRASILEIRAS SELECIONADAS

36 %	de	alumínio
60 %	de	amianto
68 %	de	cobre
35 %	de	chumbo
97 %	de	enxofre
100 %	de	níquel metálico
77 %	de	zinco
44 %	de	fertilizantes fosfáticos
100 %	de	fertilizantes potássicos
60 %	de	fertilizantes nitrogenados

Em valor monetário, isto importa em dizer que teremos de importar, no presente exercício, cerca de US\$ 500 milhões de não-ferrosos (não incluindo os não-ferrosos especiais como o berilo, o titânio, o magnésio, o lítio e o tungstênio, que não produzimos ain

(1973)

ELEMENTOS	Produção 10 ³	Importação 10 ³	Consumo 10 ³	Import/Cons. %	Crescim. %	
ALUMINIO	114,0	64,1	178,0	36	18	Inclusive sais e liga
CHUMBO	38,4	19,9	59,4	37	13	" " " "
AMIANTO	32,9	19,7	52,4	60	22	Bruto lavado ou Granulado
COBRE	48,0	105,5	153,4	68	17	Inclusive sais e liga
NÍQUEL	2,6	3,5	5,0	69	34	" " " "
ZINCO	22,3	76,9	100,0	77	13	" " " "
Fert. Fosfáticos	350,0	709,9	1.060,0	70	30	Tons brutos
Fert. Nitrogenados	140,3	711,2	851,5	83	13	" "
Fert. Potássicos	—	895,0	895,0	100	17	" "

da no Brasil) e US\$ 500 milhões em fertilizantes, além de aumentarmos em 1/3 a nossa atual importação de enxofre, cujo preço atual é mais-ou-menos 3 vezes superior ao preço de 20 meses passados. Em outras palavras, ainda importamos nada menos de 60% de nossas necessidades, no setor mineral-metalúrgico, sem incluir o petróleo.

É interessante notar que nas importações brasileiras, excluindo o petróleo, cujas previsões registram valor da ordem de US\$ 3,0 bilhões para 1974, a preocupação de todos se dirige para importações dos não-ferrosos, sobretudo o cobre (do qual se espera importar cerca de US\$ 300 milhões), o alumínio, o zinco, o níquel, o chumbo, etc. Igualmente, com não menor importância, propalam-se as necessidades do País na agricultura, com uma demanda fantástica de fertilizantes, um total, já referido, a ser comprometido no presente exercício, da ordem de US\$ 500 milhões.

No entanto, fato marcante e bem conhecido na área da atividade siderúrgica é o compromisso brasileiro para o corrente exercício, com referência à importação de artigos siderúrgicos, a fim de garantir o consumo nacional aparente em lingotes equivalente a 10.5 milhões de toneladas, quando nossa produção estimada não ultrapassará a casa dos 8 milhões. Isto quer dizer que deveremos importar, em 1974, mais de US\$ 1,3 bilhão de ferro e aços, o que representa mais do que todas as importações dos não-ferrosos, adicionadas à de fertilizantes, no mesmo período ou, ainda, mais do dobro do total das exportações minerais brasileiras previstas para o exercício.

O atual quadro mineral-metalúrgico brasileiro constitui, pois, um grande desafio ao Governo e à iniciativa privada na tentativa de se completarem e juntos superarem os gravíssimos óbices existentes.

O esforço de todos é necessário para que as metas do II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975/79 sejam cumpridas.

Pela programação global estabelecida neste Plano, o Produto Interno Bruto do Brasil atingirá, no final desta década, a mais de US\$ 120 bilhões e teremos um produto *per capita* de mais de US\$ 1.000 - meta que tanto buscamos e da qual muito necessitamos. Muitos, em conclusões um tanto precipitadas, a julgam impossível de ser atingida. Todavia, não devemos esquecer que o I PND, outrora também sob o mesmo julgamento, foi ultrapassado em muitas das suas pre

visões, sobretudo na área mineral, cujo comportamento foi o esperado, demonstrando, ainda, que bem poderia ter oferecido melhores resultados.

Não sendo, portanto, utópico mas antes realista, o II PND tem, necessariamente, de ser acompanhado pelo setor mineral-metalúrgico brasileiro, em seu processo de crescimento, sob pena de graves riscos para o nosso desenvolvimento econômico.

IV - RECURSOS MINERAIS E DESENVOLVIMENTO: UMA
POLÍTICA E SUA ESTRATÉGIA

Raul Prebisch - Economista argentino, primeiro Diretor da CEPAL -, e precursor da tese da valorização relativa das matérias-primas minerais, admite que somente com essa política - consubstanciada em política de substituição de importações industriais - será possível o desenvolvimento econômico de sociedades pré-industriais.

Na prática, porém, torna-se difícil a manutenção de tal política em seus aspectos extremos, exatamente porque os níveis econômicos da moderna civilização, que repousam nas economias de escala, não dependem exclusivamente dos insumos, como lhe parece, mas de tecnologia, sobretudo. Exemplo típico são os Estados Unidos que, pela falta de manganês, desenvolveram uma tecnologia específica de tal ordem que hoje é o mais dependente do referido minério, embora seja aquele que menos o utilize por unidade de aço produzido. Ademais, repetimos, é verdade insofismável o fato de que um país exporta o que os outros desejam comprar e não necessariamente o que ele acha que deve vender.

As autoridades norte-americanas prevêem que no ano 2.000, os Estados Unidos estarão importando 100% de cromo, manganês e estanho, 97% do tungstênio, 89% do níquel e 67% do ferro, necessários ao seu parque metalúrgico; deverão também importar, naquele ano, 98% de minérios bauxíticos; 84% do zinco, 67% do cumbo e 56% do cobre necessários ao consumo interno.

Considerando-se que os Estados Unidos são o país de maior poder aquisitivo do mundo, fácil se torna verificar que, mesmo havendo, em futuro, um aumento do preço das matérias-primas, ainda assim sua forte economia lhe permitirá manter o parque industrial que possuirá na época. O mesmo acontecerá com os demais países altamente industrializados coincidentemente possuidores de forte economia interna.

Não é preciso, pois, qualquer teorização para que se

constate estar esse grupo de países em condições de fazer face a futuras elevações de preços de matérias-primas minerais, sem incorrer em crises substanciais, como acabou de mostrar ante a crise criada pelo petróleo.

E o Brasil? Quais serão as nossas chances de continuar mantendo altas taxas de crescimento sem agravar o apelo ao subsolo alheio?

Alguns novos projetos já estão em implantação ou em equacionamento definitivo, ora visando a incrementar nossa capacidade de exportar, ora aliviando o ônus de importação.

É o caso do ferro, do alumínio e do caulim do Pará; o zinco de Paracatu e Vazante, em Minas, de Boquira e Xique-Xique, na Bahia, de Goiás e de Mato Grosso; o níquel de Goiás, Minas, São Paulo e Rio de Janeiro; o chumbo da Bahia, Paraná, São Paulo, Pará e agora também em Minas, etc.; é o caso dos fertilizantes, como as jazidas de fosfato de Araxá, de Catalão e de Tapira; o potássio de Sergipe e as unidades de produção de amônia que a PETROBRÁS planeja instalar nos próximos anos, todos, contudo, necessitando de tempo para se tornarem economicamente aproveitados.

Aqui mesmo, no Estado do Rio Grande do Sul, é visível o esforço que tem sido feito visando a produção do ouro, ao aumento da produção de carvão e do cobre, este último, inclusive, com recuperação, sendo agora também testada através de processos modernos de lixiviação. Cumpre-nos aqui salientar que é motivo de orgulho para a CPRM, tomar parte ativa nos Projetos interessando o ouro, o carvão e o cobre gaúchos.

Quando sabemos que o novo sistema econômico internacional é muito menos um fenômeno de comércio internacional do que de controle de decisões econômicas numa área multinacional, não podemos nortear diretrizes do mais alto interesse para o País, apenas em princípio de conteúdo imediatista-individualista, senão dentro de um pragmatismo responsável, pois, também não podemos discutir o porvir de nossa mineração apenas como futurologistas, ou seja, sem qualquer comprometimento para com esse mesmo porvir. E ainda: temos que agir como planejadores, criando as ferramentas técnicas e econômicas que nos permitam, concomitantemente, AMOLDAR O NOSSO FUTURO MINERAL AO PERFIL DO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO BRASIL.

Na definição da política fiscal e orçamentária do no vo Plano Nacional de Desenvolvimento está previsto que os recursos adicionais, decorrentes do controle rigoroso da participação dos dis pêndios públicos no PIB, serão preferencialmente destinados ao financiamento das grandes prioridades nacionais, entre elas aquelas referentes aos nossos recursos naturais.

Nunca é demais repisar que a pesquisa mineral é o co meço de tudo nesse setor. É através dela que localizamos a jazida, origem da futura mina; que poderá vir a ser um polo de desenvolvimen to regional; que poderá dar lugar a indústrias de bases e seus satélites; que poderá aliviar a balança comercial do país.

A tarefa de pesquisa mineral básica e mesmo a específica regional deverão ser de responsabilidade do Governo. À iniciativa privada cabe, porém, a pesquisa de detalhe, qualificadora dos depósitos minerais que se incorporarão ao processo produtivo.

Doutra parte, a nossa luta por uma participação maior e mais significativa no mercado mundial de matérias-primas minerais deve ser acompanhada por um eficiente suporte financeiro, técnico e econômico, às vezes só possível ao Governo, que deverá, então, em ca da passo, orientar os mineradores nacionais, suportando o ônus de al guns estoques estratégicos e da política de formulação de preços mí nimos, no sentido de contrabalançar tentativas de baixas e altas de preços internacionais que atinjam nossos produtos de exportação ou aqueles de que dependemos na importação.

Relembre-se aqui o pronunciamento recente que, ante a Associação dos Exportadores Brasileiros, fez, incisivo, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, anunciando a disposição do Go verno de emprestar total apóio às nossas exportações, apesar de res trições impostas por países desenvolvidos.

É fundamental, também, a compreensão do papel da eco nomia mineral dentro do sistema, pois o conjunto de fatores que po dem influenciar uma decisão no setor mineral, não é, de maneira ge ral, simples e passível de identificação imediata.

A alta isolada de preços para um determinado metal, por exemplo, pode decorrer tanto de um plano estratégico internacioo

nal consequente de um estado de beligerância, como de medidas unilaterais dos produtores que controlam o mercado, ou, também, pela pouca disponibilidade de reservas mineráveis, ou, ainda, pela reunião de mais de uma das situações acima.

Por sua vez, a baixa de preços pode advir de um alívio das tensões internacionais, de melhoria tecnológica, de um *dumping* forjado para evitar novos concorrentes, da ampliação da escala de produção, permitindo a auferição das vantagens da economia de escala, da descoberta de novos depósitos com melhores condições de lavra, ou igualmente, da reunião de vários dos condicionamentos citados.

Tais variações de preços podem resultar, também, de medidas exclusivamente políticas (fixação arbitrária de preços ou utilização de estoques estratégicos), de regulamentos visando à conservação de ambientes ecológicos (aumento dos custos de produção por adoção obrigatória de processos antipoluentes), ou de desenvolvimento de novas tecnologias (substituição de determinadas matérias-primas minerais).

Exemplo frisante é o do nitrato natural, monopólio exclusivo do Chile e usado em fertilizantes e vários produtos químicos: teve seu preço sempre fixado segundo as conveniências do governo chileno, até a descoberta, pela Alemanha, durante a Primeira Guerra Mundial, do processo de fixação do nitrogênio atmosférico, encerrando, assim, o período de altos preços para o produto e acarretando enormes prejuízos à economia chilena.

Outro exemplo envolve a Alemanha que, antes da Primeira Guerra Mundial, houve por bem controlar o preço do potássio. Durante a guerra, à falta de suprimento, os Estados Unidos desenvolveram extensas pesquisas em seu território, culminando com a descoberta de potássio no Novo México, o que ocasionou a perda da supremacia alemã na indústria do potássio. Nova queda de preços desse fertilizante ocorreu na segunda metade da década de 60, desta vez em face da entrada do Canadá no mercado internacional. Atualmente, com o crescimento mundial da demanda, os preços do potássio estão novamente em ascensão.

Vê-se, portanto, que perspectivas corretas no setor

mineral devem andar em paralelo com profundo conhecimento econômico e técnico específico do mercado, sob pena de cometimento de erros que podem, inclusive, influenciar negativamente a economia nacional, a médio e longo prazos, na dependência do vulto dos mesmos.

O acompanhamento das pesquisas geológicas desenvolvidas no País e no Mundo, com vistas à extensão das reservas e geografia das jazidas face aos centros de consumo (caso do nosso manganês de Urucum em Mato Grosso e do Amapá); a atualização com o avanço tecnológico, principalmente no que tange ao beneficiamento de minérios e à metalurgia extrativa; a vivência com o dia a dia da política internacional - são alguns dos fatores indispensáveis a uma visão global do campo mineral.

Por outro lado, o que acabamos de assistir com referência ao petróleo, veio mostrar o importante papel a ser desempenhado no futuro por quem dispõe de recursos naturais e, no Brasil, que cada dia nos são reveladas novas evidências de um subsolo riquíssimo, Governo e iniciativa privada deverão convergir seus interesses no sentido de incrementar as atividades do setor mineral-metalúrgico em busca do atendimento às nossas necessidades.

Sob esse aspecto, o incentivo do Governo à iniciativa privada nacional, na pesquisa e na lavra dos bens minerais, não tem sentido paternalista, já que, sem o concurso do mesmo, só nos restariam duas opções: alienação da nossa mineração a empresas multinacionais ou estatização geral.

Quanto a deixarmos a lavra de nossos bens minerais exclusivamente à mercê de processos decisórios externos, não há o que comentar... Quanto à estatização da mineração, mesmo que relegássemos as dificuldades que tem o Estado para desviar recursos que se fazem imprescindíveis em outras áreas de atividade no hoje acelerado desenvolvimento econômico do País, esbarraríamos num outro impasse, qual seja, o da impossibilidade de aglutinarmos, junto ao Poder Central, o total planejamento e gerência do setor mineral.

Urge, portanto, continuar a incentivar esses grupos nacionais interessados, no sentido de fazê-los cômicos de suas insubs

tituíveis responsabilidades para com o Brasil e procurarem se auto-afirmar, cada vez mais, para que venhamos a ter, em curto espaço de tempo, uma real indústria de mineração nacional. E aqui fazendo eco às palavras do Ministro Reis Veloso: "o modelo econômico de mercado só será possível no médio e longo prazos com emergência de forte capacidade empresarial interna".

O Governo, como medida feliz e acertada, tem oferecido grande e significativo número de incentivos aos mineradores brasileiros, inclusive financiamentos de risco, com taxas e condições bem mais inferiores que as oferecidas por qualquer outro programa ou fonte financeira, no País ou no exterior.

Tais incentivos, porém, não devem ser confundidos com uma política restritiva ao capital externo, o que não seria prudente nem inteligente, porquanto é sabida a importância dos investimentos estrangeiros no desenvolvimento econômico das nações, sobretudo como motivação para o próprio capital nacional. Admitimos, todavia, que sejam os mesmos cuidadosamente estudados e distinguidos, "sem dogmatismos ou ideologismos, mas com vigilância e inteligência", - como bem disse recentemente o Ministro Secretário do Planejamento da Presidência da República, sempre atentando para as condições do mercado, para que, ao lado daqueles construtivos sempre bem-vindos ao País e que ajudam a levantar os alicerces de seu progresso, não venham outros que, intencionalmente atrasados, chegam depois e sobre os alicerces já levantados, desejam unicamente uma participação para rentabilidade de seu capital, adotando atitudes rígidas e incompatíveis com a política interna de fortalecimento da empresa nacional.

O investimento externo, meus Senhores, chega a ser imprescindível ao desenvolvimento de um país quando, além do aporte de capital, oferece possibilidade de transferência de tecnologias, faz emprego de novos métodos gerenciais, promove o treinamento de nacionais no desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas no país e procura atender ao desenvolvimento das exportações, dentro das metas aprovadas, sem se fazer hostil ao empresariado nacional.

Este é o investimento que ajuda o nosso desenvolvimento. Este, meus Senhores, é o tipo de investimento externo que o País está pronto a receber.

V - C O N C L U S Õ E S

Ante este panorama, em face destas realidades, qual a nossa posição? Como estamos situados? Que há de concreto no que concerne às nossas providências em relação às perspectivas econômico-minerais? Que política a adotarmos?

Se examinarmos as definições básicas dos instrumentos de ação econômica a serem utilizados durante a execução do II PND, veremos, com destaque, a preocupação do Governo com a pesquisa de nosos recursos naturais - e aí avulta a importância dos bens não renváveis - onde se faz tônica à ampliação do mercado interno e a manutenção simultânea dos incentivos à exportação.

Nessa dualidade de determinações - viga-mestra da posição política estabelecida e com a qual se espera alcançar os objetivos colimados no referido Plano - havemos de pressupor uma independência nossa, cada vez maior, do subsolo estrangeiro. É que muitas das metas estabelecidas naquele documento, para o setor mineral, não deixam dúvida quanto à importância que será dada à produção interna e à sua transformação, vez que os compromissos impostos ao setor mineral são enormes e de difícil consecução. Senão, vejamos o quadro seguinte:

CONSUMO, PRODUÇÃO E INVESTIMENTOS EM NÃO - FERROSOS NO BRASIL

QUADRO n.º 9

METAL	Consumo (1973)	Produção * (1973)	Previsão de consumo para 1980	Investimento em US\$ milhão	Aumento previsto na produção
Alumínio	178.000	114.000	638.000	1.642,0	5,6 vezes
Cobre	153.400	48.000	350.000	249,3	7,3 vezes
Chumbo	58.300	38.400	144.000	18,3	3,75 vezes
Zinco	99.200	22.250	193.000	68,7	8,6 vezes
Níquel	6.100	** 2.600	8.400	109,2	3,2 vezes

* Inclusive sucata

** Metal contido em ferro - ligas

Diante do que vimos, é concludente que o setor mineral brasileiro deverá revigorar grandemente seus esforços no próximo quinqüênio, no sentido de atender às nossas necessidades e, dentro do possível, substituir as importações de matérias-primas básicas, sob pena de por em risco nosso próprio desenvolvimento.

É também concludente que devemos incentivar o desenvolvimento tecnológico da nossa metalurgia, sobretudo em busca de sucedâneos disponíveis no País, que possam melhorar nossa balança de pagamentos.

Uma outra tomada de posição que se impõe para o próximo quinqüênio é a de buscar-se valorizar, ao máximo possível, nossos produtos minerais primários que não possam ser exportados sob a forma de bens intermediários ou acabados, em face do comportamento de produção ou do mercado consumidor.

As *joint-ventures* entre o empresariado nacional e o capital estrangeiro, já de bastante divulgação em nosso País, estamos certos, continuarão tendo boa acolhida dentro da nossa legislação, desde que integradas às metas que visam aos interesses brasileiros para seu desenvolvimento.

Ao lado dessas exigências, que são mínimas e indispensáveis, não devemos aqui esquecer fatores existentes em nosso País e que favorecem a entrada de capitais estrangeiros, como a estabilidade política, um mercado em rápida expansão, uma legislação não agressiva, uma mão-de-obra relativamente barata e, inclusive, incentivos fiscais.

É esta a nossa condição, meus Senhores; sabemos que, para a melhor consolidação da nossa política mineral, uma série de medidas, bem orientadas, deve ser adotada, e, resumindo, três pontos estratégicos de ação parecem-nos básicos, dentro da política global do Governo: acelerar a pesquisa de minerais carentes através de projetos específicos; lutar por uma participação cada vez maior no mercado mundial dos minerais que temos em abundância; procurar, ao mesmo tempo, exportar bens minerais cada vez mais elaborados, incorporando ao produto o maior valor agregado possível.

A aceleração das pesquisas deverá ser feita através da

alocação de maiores recursos para essa finalidade, pois somente assim sairemos de um círculo vicioso que redundará em "falta de maiores pesquisas porque a nossa produção mineral gera poucos recursos" e "não ampliamos as pesquisas porque a nossa produção mineral continua pequena...".

Não temos dúvida, porém, quanto ao sucesso da mineração brasileira. Ante o amplo espaço geográfico e os variados domínios geológicos, vivemos, apesar disto, a ocupação gradativa do território do País e o estamos fazendo com maturidade cultural quase completa e estabilidade política indiscutível, fatores fundamentais ao desenvolvimento econômico e à expansão industrial.

Nós falamos em maturidade e, também, referimos à proximidade de amadurecimento cultural. Por estes fatores e aliando-lhes os brios da nacionalidade e os foros da civilização brasileira - desejamos proclamar a todo o mundo mineral brasileiro - geólogos, engenheiros de minas e demais técnicos comprometidos com a causa; à iniciativa privada, a empresários brasileiros e a todos os homens do Governo responsáveis por esta política de mineração: é chegado o momento mais imperativo de, PARA O SETOR MINERAL BRASILEIRO, TRAÇARMOS TAMBÉM NOSSO PRÓPRIO MODELO DE DESENVOLVIMENTO, atentos aos perigos da pura e simples adoção de matrizes exteriores como modelo e diretrizes ao nosso trabalho, trabalho que traz conotações bastante diversas, denotações gritantemente singulares, e parâmetros de situações diferentes, às vezes, *sui generis*.

O Brasil há de emergir como potência, em tempo recorde. Para isto, reclama a participação de todos os homens comprometidos, direta ou indiretamente, com todos os setores que dão sustento ao seu desenvolvimento. E nós, do setor mineral, cujas responsabilidades são, a cada dia, maiores, devemos continuar dando-lhe uma dinâmica própria capaz de superar quaisquer obstáculos e garantir ao Brasil um lugar de destaque entre os produtores e transformadores de bens minerais do Mundo.

Isto somente será possível com o ingente esforço e a abnegação de todos e de cada um, conscientes de que a luta será ainda bem árdua, pois o nosso desenvolvimento não é, nem pode ser, uma

milagrosa doação, senão a soma das conquistas de cada membro da sociedade brasileira, em sua área de ação, transformando simples depósitos minerais em jazidas e permitindo seu econômico aproveitamento; cultivando matas antes abandonadas e tornando rentável suas produções; agricultando terras antes inproveitadas e proporcionando melhores meios de subsistência; realizando a profilaxia de áreas antes inóspitas e permitindo a fixação e vida de nossos irmãos brasileiros; enfim, promovendo a educação de nossos filhos, aumentando-lhes a capacidade de absorver novas tecnologias, tornando-os futuros mantenedores dos nossos direitos de liberdade e soberania que recebemos de nossos antepassados.

Senhores Congressistas,

Escusado é dizer-se que não há presunção na mensagem que aqui encerramos. Antes de pretender ser a última palavra, traduz tão somente o que pensamos e aquilo de que estamos convencidos - até que nos provem e nos convençam em contrário - e que aqui trazemos como modesta contribuição pelo nosso desejo de que este Congresso, ao seu final, colha os melhores frutos para o bem do Brasil.

Grato, meus Senhores, pela gentil atenção que nos dispensaram.

Muito obrigado

* * *